



CÂMARA EM AÇÃO

Informativo da Câmara Municipal de Cambuquira

ANO XVIII | EDIÇÃO Nº 117 | CAMBUQUIRA - MG

Mala Direta
Postal
Domiciliária
9912449786/2018-DR/MG
C.M. Cambuquira
CORREIOS
Distribuição Lei 6.538/78, Art.40, § 1º
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Cambuquira vive novo momento. Câmara aprova pacote de leis que moderniza gestão, garante investimentos e valoriza servidores

A Câmara Municipal de Cambuquira protagonizou, nas últimas semanas, um dos momentos mais importantes da atual legislatura ao aprovar um amplo conjunto de projetos de lei que impactam diretamente o presente e o futuro do município. As matérias, analisadas, debatidas e aprovadas pelos vereadores, representam um avanço significativo em áreas estratégicas como administração pública, desenvolvimento econômico, infraestrutura, educação e assistência social.

O pacote de propostas demonstra não apenas a sintonia entre o Poder Legislativo e as demandas da população, mas também o comprometimento coletivo dos parlamentares com o crescimento sustentável da cidade. A atuação conjunta dos vereadores foi decisiva para a construção, aprimoramento e aprovação dos projetos, consolidando o papel da Câmara Municipal como agente ativo no desenvolvimento de Cambuquira.

Entre os destaques está o Projeto de Lei nº 13/2026, que promove uma importante modernização da estrutura administrativa do município, ao alterar a Lei Complementar nº 017/2009. A proposta cria duas novas secretarias estratégicas: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Agricultura.

A criação da Secretaria de Esporte e Lazer representa um avanço significativo na organização das políticas públicas voltadas ao bem-estar da população. O esporte e o lazer, cada vez mais reconhecidos como instrumentos de promoção da saúde física e mental, passam a contar com uma estrutura administrativa própria, capaz de planejar, executar e ampliar ações no setor. Com isso, o município terá melhores condições de incentivar a prática esportiva em todas as faixas etárias, apoiar atletas locais, promover campeonatos e eventos, além de garantir a manutenção e melhoria dos espaços públicos destinados às atividades esportivas e recreativas.

Mais do que incentivar o esporte, a nova secretaria também contribuirá para a inclusão social, oferecendo oportunidades para crianças, jovens e idosos, fortalecendo vínculos comunitários e prevenindo situações de vulnerabilidade social.

Já a criação da Secretaria Municipal de Agricultura aten-

de de uma demanda histórica e estratégica, considerando a relevância do setor rural para a economia de Cambuquira. A nova pasta permitirá uma atuação mais próxima junto aos produtores rurais, com a oferta de assistência técnica, incentivo à agricultura familiar e fortalecimento de iniciativas cooperativas.

Além disso, a secretaria terá papel fundamental na promoção de políticas públicas voltadas à sustentabilidade, incentivo à diversificação da produção, melhoria da infraestrutura rural e ampliação das oportunidades de geração de renda no campo. A medida reforça o compromisso do município com o desenvolvimento equilibrado entre as áreas urbana e rural.

Outro grande marco aprovado pela Câmara é o Projeto de Lei nº 22/2026, que autoriza o município a contratar financiamento de até R\$ 4,5 milhões junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), por meio do programa BDMG Municípios 2026.

O investimento é considerado estratégico e abrangente, contemplando uma série de obras e ações estruturantes. Entre elas estão melhorias na mobilidade urbana, com pavimentação e sinalização de vias; avanços na gestão de resíduos sólidos, com a aquisição de um caminhão compactador de lixo; investimentos em eficiência energética e ampliação da iluminação pública; além de importantes intervenções em espaços públicos.

O projeto também prevê a reforma do Cambuquira Tênis Clube, a revitalização e cobertura do ginásio poliesportivo, e investimentos significativos na área da educação, como a ampliação e reforma da escola e creche do bairro Marimbeiro. Há ainda previsão de melhorias em áreas ligadas à cultura, turismo e assistência social, fortalecendo diversos setores que impactam diretamente a qualidade de vida da população.

No campo da valorização dos servidores públicos, a Câmara também teve papel fundamental ao aprovar três projetos importantes. O Projeto de Lei nº 10/2026 garante a revisão geral anual de 3,90% na remuneração dos servidores do Poder Executivo, com base na variação do INPC acumulado. A medida tem como objetivo recompor as perdas inflacionárias, assegurando a manutenção do poder de compra dos servidores,



sem representar aumento real e respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na área da educação, o Projeto de Lei nº 12/2026 estabelece um reajuste de 5,40% para os profissionais do magistério da rede municipal, adequando os vencimentos ao piso salarial nacional definido pela Lei Federal nº 11.738/2008. Com a atualização, o piso passa a ser de R\$ 3.206,65 para uma jornada de 25 horas semanais.

A medida reforça a valorização dos educadores, reconhecendo o papel essencial que desempenham na formação das novas gerações e na construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida. Investir na educação é investir no futuro, e a aprovação deste projeto evidencia esse entendimento por parte dos vereadores.

Complementando o pacote, o Projeto de Lei nº 11/2026 promove o reajuste da remuneração dos conselheiros tutelares, elevando o valor mensal para R\$ 2.000,00. A iniciativa representa um reconhecimento à importância do trabalho desempenhado por esses profissionais, que atuam diretamente na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, muitas vezes em situações delicadas de vulnerabilidade social.

A valorização dos conse-

lheiros tutelares contribui para melhores condições de trabalho e para o fortalecimento da rede de proteção social no município.

Além das medidas já aprovadas, a Câmara Municipal de Cambuquira também avançou na valorização dos profissionais da educação ao apreciar e aprovar o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 13, de 09 de fevereiro de 2026, que fixa o vencimento base dos Auxiliares do Magistério.

A proposta estabelece como referência o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica, conforme previsto na Lei Federal nº 11.738/2008. Com isso, o vencimento desses profissionais passa a ser de R\$ 3.206,64 para uma jornada de 25 horas semanais, garantindo a adequação proporcional ao piso nacional.

A medida corrige uma defasagem histórica e promove maior equidade dentro da estrutura educacional do município, alinhando a remuneração dos auxiliares às diretrizes nacionais e ao padrão já adotado para os demais profissionais do magistério. Trata-se de um avanço significativo no reconhecimento da importância desses trabalhadores, que desempenham papel fundamental no suporte às atividades pe-

dagógicas e no acompanhamento dos alunos no ambiente escolar.

A justificativa do projeto destaca o caráter social e alimentar da proposta, reforçando que a valorização salarial impacta diretamente na qualidade do serviço prestado à população. Ao garantir melhores condições aos auxiliares, o município também fortalece a base da educação pública, promovendo um ambiente mais estruturado e eficiente para o aprendizado.

Outro ponto relevante é que, em complemento a essa iniciativa, foi aprovado pela Câmara um Projeto de Lei Complementar que atualiza a nomenclatura do cargo, passando de "auxiliar de educação" para "auxiliar de magistério", além da adequação da carga horária de 40 para 25 horas semanais. A mudança segue recomendação da assessoria jurídica da Casa e busca harmonizar ainda mais a função com as atribuições efetivamente desempenhadas, além de adequar o cargo às normativas educacionais vigentes.

Com essa medida, a Câmara Municipal reafirma seu compromisso com a valorização dos profissionais da educação e com a construção de políticas públicas mais justas e alinhadas às necessidades do

município. O conjunto de ações aprovadas consolida um cenário de avanços concretos, fortalecendo não apenas a gestão pública, mas também os pilares sociais que sustentam o desenvolvimento de Cambuquira.

A aprovação conjunta de todos esses projetos evidencia a atuação responsável comprometida e alinhada dos vereadores com os interesses da população. O trabalho do Legislativo municipal foi marcado pelo diálogo, análise técnica e responsabilidade na tomada de decisões, garantindo que cada proposta atendesse às necessidades reais de Cambuquira.

Mais do que aprovar leis, a Câmara Municipal reafirma seu papel como protagonista no desenvolvimento da cidade, contribuindo diretamente para a construção de políticas públicas eficientes e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Com esse pacote de medidas já aprovado, Cambuquira se prepara para um novo ciclo de crescimento, com uma administração mais moderna, investimentos robustos e valorização dos profissionais que fazem a cidade acontecer diariamente. O momento é de avanço, planejamento e confiança no futuro.

PALAVRA DO Presidente

Câmara de Cambuquira instaura CPI's sobre contratos e aplicação de recursos públicos

Nas últimas semanas, a Câmara Municipal de Cambuquira reafirmou seu compromisso com a população por meio de uma atuação intensa, responsável e alinhada aos princípios da transparência e da boa gestão pública. O período compreendido entre fevereiro e março foi marcado por uma agenda produtiva, com a realização de sucessivas reuniões ordinárias que evidenciaram o empenho do Legislativo em ouvir a comunidade e transformar demandas em ações concretas.

Durante as sessões, os vereadores apresentaram um expressivo número de indicações e requerimentos, contemplando diversas áreas essenciais ao cotidiano da população. Questões relacionadas à infraestrutura urbana e rural, saúde, educação, limpeza pública, iluminação, mobilidade, segurança, esporte e valorização dos servidores estiveram entre os principais temas debatidos, refletindo a pluralidade das necessidades da nossa cidade e o compromisso dos parlamentares em buscar soluções efetivas.

No âmbito legislativo, a Câmara avançou de forma significativa na análise e aprovação de projetos estruturantes para o desenvolvimento de Cambuquira. Destacam-se as matérias ligadas ao planejamento orçamentário, como o Plano Plurianual (PPA 2026-2029) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2026), fundamentais para orientar as ações do município nos próximos anos. Também merecem destaque projetos voltados à reorganização administrativa, com a criação e estruturação de novas secretarias, além de iniciativas que promovem a valorização dos servidores públicos e a implementação de políticas sociais relevantes, como o Programa Banco de Alimentos.

A Câmara também se dedicou à modernização de seus próprios instrumentos institucionais, com a aprovação de propostas que aprimoram o funcionamento do Legislativo, garantem maior transparência e disciplinam procedimentos internos. Paralelamente, foram debatidas matérias de grande relevância social, como aquelas voltadas à proteção e bem-estar animal, ao monitoramento e segurança em eventos e à organização de atividades apoiadas pelo Poder Público.

No exercício de sua função fiscalizadora, o Legislativo manteve postura firme e atuante. Diversos requerimentos foram aprovados com o objetivo de obter informações detalhadas do Poder Executivo, fortalecendo o controle e a fiscalização dos atos administrativos. Nesse contexto, destaca-se a instauração de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), voltadas à apuração de fatos relevantes para a administração pública municipal: uma relacionada à empresa THV e outra referente aos custos da festa de fim de ano de 2024. Tais iniciativas demonstram o compromisso da Câmara com a transparência, a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e o dever de prestar esclarecimentos à população.

As sessões também foram marcadas pela análise de relatórios de comissões processantes e pela tramitação de matérias que exigiram diálogo, responsabilidade e respeito ao devido processo legal, reafirmando o papel do Legislativo como guardião do interesse público.

Importante ressaltar que todas as proposições apresentadas — sejam indicações, requerimentos ou projetos — têm como objetivo central promover melhorias concretas para a população, abrangendo tanto a zona urbana quanto a rural. Ao final de cada reunião, as demandas aprovadas são devidamente encaminhadas ao Poder Executivo, garantindo que as solicitações da comunidade avancem para a fase de execução.

A Câmara Municipal segue, portanto, atuando de forma próxima da população, aberta ao diálogo e comprometida com o desenvolvimento sustentável de Cambuquira. O trabalho realizado neste período demonstra que, com seriedade, união e responsabilidade, é possível construir políticas públicas mais eficientes e uma cidade cada vez melhor para todos.

Celso Alves da Silva
- Presidente -

A Câmara Municipal de Cambuquira recebeu dois requerimentos que solicitam a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) com o objetivo de investigar possíveis irregularidades na administração pública municipal. As propostas reforçam o papel fiscalizador do Legislativo e buscam ampliar a transparência na aplicação dos recursos públicos.

O Requerimento nº 82/2026 é de autoria dos vereadores: Maicon Ribeiro Eduardo, Domingos Alves Ferreira Ribeiro e Hélber Augusto Reis Borges. Já o Requerimento nº 86/2026 foi apresentado pelos vereadores: Maicon Ribeiro Eduardo Antônio Marcos Pierroti e Hélber Augusto Reis Borges.

Investigação sobre pagamentos, contratações e eventos

O Requerimento nº 86/2026 propõe a abertura de uma CPI para apurar possíveis irregularidades em pagamentos e contratações realizadas pela Administração Municipal, especialmente no período entre outubro de 2024 e 31 de janeiro de 2025.

Entre os pontos que serão investigados estão:

- Pagamentos por serviços que não teriam sido efetivamente prestados;
- Contratações realizadas sem o devido processo licitatório;
- Realização de eventos e festividades custeadas com recursos públicos sem o cumprimento dos trâmites legais.
- De acordo com a justificativa apresentada, há indícios de que, ao final da



gestão administrativa, possam ter ocorrido despesas sem respaldo legal, o que, se confirmado, pode configurar violação aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência que regem a administração pública.

A proposta destaca que a apuração é fundamental para garantir transparência, responsabilizar eventuais irregularidades e fortalecer a confiança da população nas instituições públicas.

Apuração de contratos com empresa específica

Já o Requerimento nº 82/2026 solicita a criação de uma CPI com foco nos contratos firmados entre o município e a empresa THV. O documento aponta indícios que levantam questionamentos sobre a legalidade, a transparência e a execução contratual.

Entre os principais pontos que deverão ser investigados estão:

- Possíveis falhas ou in-

consistências em processos licitatórios;

- Indícios de direcionamento de contratação;
- Eventual sobrepreço ou pagamentos indevidos;
- Fragilidades na fiscalização dos contratos;
- Possível ausência de transparência nos atos administrativos;
- Indícios da existência de funcionária fantasma vinculada aos contratos.

A comissão deverá analisar desde a fase de contratação até a execução dos serviços, incluindo aspectos financeiros, cumprimento do objeto contratado e a regularidade da empresa envolvida. Também está prevista a verificação detalhada da atuação dos fiscais de contrato e da efetiva prestação dos serviços pagos com recursos públicos.

Poderes e prazo das comissões

As CPIs terão prazo inicial de 90 dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado conforme necessidade. As comissões poderão exercer uma sé-

rie de atribuições previstas na legislação, como:

- Convocar servidores, representantes de empresas e autoridades;
- Ouvir testemunhas;
- Requisitar documentos;
- Realizar diligências;
- Solicitar apoio técnico de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- Adotar outras medidas necessárias para o esclarecimento dos fatos.

Função fiscalizadora do Legislativo

A criação das CPIs está amparada no Regimento Interno da Câmara Municipal e na legislação vigente, que atribuem ao Poder Legislativo a responsabilidade pelo controle externo da administração pública.

As iniciativas evidenciam a importância da atuação parlamentar na fiscalização dos atos do Executivo, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos e para o fortalecimento da transparência na gestão municipal.

EXPEDIENTE

Órgão Informativo da
Câmara Municipal de Cambuquira
Legislatura 2025/2026

CELSON ALVES DA SILVA - PRESIDENTE

MAICON RIBEIRO EDUARDO

- VICE-PRESIDENTE

JOSÉ HENRIQUE DA CUNHA - SECRETÁRIO

Produzido pela Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal
Tiragem: 3000 exemplares
Responsável: Marcelo de Paula Barbosa Moura Registro no MT nº 13.448/MG
Atendimento: segunda à sexta, das 13h às 18h
Av. Virgílio de Melo Franco, 471, Centro 37420-000
Cambuquira MG / Tel: 35 3251-1486
www.camaracambuquira.mg.gov.br | camara@camaracambuquira.mg.gov.br
Diagramação e impressão: Belô Gráfica Ltda.
Fone: (35) 98820.7922 e-mail: ct@trespontas.com.br

Proposta busca aumentar a segurança de pedestres e motoristas em ponto crítico da cidade

Uma indicação apresentada pelo vereador Domingos Alves Ferreira Ribeiro chama a atenção para a necessidade de melhorias na segurança viária em um trecho considerado sensível do município. A proposição sugere ao Poder Executivo o estudo para implantação de um canteiro central em uma passagem específica, com o objetivo de organizar o fluxo de veículos e reduzir riscos de acidentes.



De acordo com a justificativa apresentada, o local, localizado na Avenida Antônio Almeida Santos, tem sido utilizado por motoristas para realizar conversões, prática que, segundo o vereador, ocorre em condições inadequadas de visibilidade e sem a existência de uma saída segura para a pista principal. Esse cenário aumenta significativamente o risco de colisões, além de colocar em perigo pedestres que transitam pela área.

A proposta destaca que a implantação de um canteiro central poderia impedir manobras irregulares, disciplinando o tráfego e contribuindo para uma circulação mais segura e previsível. Medidas desse tipo são frequentemente adotadas em áreas urbanas como forma

de reduzir pontos de conflito entre veículos e pedestres, além de melhorar a organização do trânsito.

Outro ponto relevante é a proteção aos pedestres, especialmente em locais onde a travessia ocorre próxima a vias movimentadas. A ausência de estrutura adequada e de sinalização eficiente pode transformar pequenos trechos em áreas de alto risco, exigindo intervenções que priorizem a segurança de todos os usuários da via.

A indicação reforça a importância do planejamento urbano aliado à mobilidade segura, destacando que ações preventivas, mesmo de pequeno porte, podem ter impacto significativo na redução de acidentes e na preservação de vidas. Agora, a proposta segue para análise do Executivo Municipal, que deverá avaliar a viabilidade técnica da medida e possíveis soluções para o local apontado.

Nova proposta de um piso salarial para os profissionais de apoio à Educação Municipal

A Câmara Municipal encaminhou ao Executivo Municipal uma nova proposta de autoria do vereador Luiz Sérgio de Souza Reis que prevê a criação de um piso salarial para os profissionais de apoio à educação da rede pública municipal.

A iniciativa busca valorizar trabalhadores que desempenham funções essenciais para o

funcionamento das unidades escolares, contribuindo diretamente para a qualidade do ensino, mesmo fora da sala de aula.

De acordo com a proposta, serão contemplados profissionais de nível médio ou técnico que atuam exclusivamente na rede municipal de ensino. Entre as categorias incluídas estão auxiliares de secretaria, merendeiras, inspetores de alunos, auxiliares de serviços gerais, vigias, além de outros cargos técnicos e administrativos da área educacional.

O texto também estabelece diretrizes para o financiamento do pi-



Foto ilustrativa

so salarial, prevendo que o valor corresponda a 75% do Piso Nacional do Magistério, com recursos provenientes do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), observando os limites legais e orçamentários do município.

Com o encaminhamento ao Executivo, a proposta poderá ser analisada quanto à viabilidade de implementação, representando uma iniciativa voltada ao reconhecimento e à valorização dos profissionais que contribuem para o bom funcionamento da educação pública municipal.

Recurso garante avanço em pavimentação e melhora qualidade de vida no Jardim Marimbeiro

Uma importante conquista para os moradores do bairro Jardim Marimbeiro começa a sair do papel com a destinação de R\$ 200 mil, por meio de transferência especial, voltados à pavimentação da Rua Vista Alegre. O recurso foi viabilizado pelo vereador Cleiton de Sousa e será utilizado para complementar o investimento já previsto pelo município, permitindo a ampliação da obra.

A iniciativa atende a uma demanda antiga da comunidade. Há anos, os moradores enfrentam transtornos causados pela falta de pavimentação, como poeira em períodos de seca, lama em dias chuvosos e dificuldades de acesso, especialmente para veículos e pedestres. A melhoria da via representa um avanço significativo nas condições de mobilidade urbana da região.

Além de facilitar o tráfego e reduzir problemas relacionados à saúde — como doenças respiratórias provocadas pela poeira —, a pavimentação traz mais segurança para motoristas e pedestres. A obra também contribui para a valorização dos imóveis e o desenvolvimento do bairro, refletindo diretamente na qualidade de vida das famílias que ali residem.

Outro ponto importante é o impacto positivo nos



serviços públicos, como coleta de lixo, transporte escolar e atendimento de emergência, que passam a ocorrer com mais eficiência após a melhoria da infraestrutura viária.

A ação do vereador Cleiton de Sousa reforça a importância do trabalho legislativo na busca por recursos e soluções concretas para a população. A pavimentação da Rua Vista Alegre representa, assim, não apenas uma obra, mas a resposta a uma reivindicação histórica dos moradores, demonstrando que a articulação e o compromisso com a comunidade geram resultados práticos e duradouros.

Câmara solicita esclarecimentos sobre possíveis divergências em saldos bancários da Prefeitura de Cambuquira

De autoria do vereador Maicon Ribeiro Eduardo, a Câmara Municipal de Cambuquira aprovou o encaminhamento de um requerimento ao Poder Executivo solicitando uma série de informações detalhadas sobre a situação financeira do município, com foco nos saldos de contas bancárias declarados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) nos exercícios de 2024 e 2025.

O pedido tem como base a análise de relatórios oficiais enviados ao órgão de controle, especialmente o demonstrativo de "Caixa e Bancos", que reúne dados sobre os recursos disponíveis nas contas municipais. Segundo o documento, foram identificados indícios de divergências entre os valores informados ao Tribunal e os saldos que, em tese, deveriam constar nas contas reais da Prefeitura.

Indícios de inconsistências

De acordo com o requerimento, uma das situações observadas diz respeito à transição entre exercícios financeiros. Em 2024, por exemplo, alguns saldos finais não corresponderiam aos saldos iniciais registrados em 2025, o que levanta questionamentos sobre a consistência das informações contábeis.

Além disso, foram apontadas movimentações e alterações de valores ao longo de 2025 que, segundo o autor, necessitam de verificação para confirmar se refletem corretamente a realidade bancária do município.

Essas possíveis inconsistências ganham maior relevância diante de fatores recentes, como a intenção da Prefeitura de contratar uma operação de crédito, o que pode impactar o nível de endividamento público. Nesse contexto, a precisão dos dados financeiros é considerada essencial para avaliar a real capacidade de pagamento do município.

Objetivo do requerimento

O principal objetivo da solicitação é verificar se os saldos bancários reais da Prefeitura correspondem, de fato, aos valores declarados ao TCE-MG. A medida busca subsidiar uma análise mais segura sobre a saúde financeira do município, especialmente no que diz respeito à contratação de empréstimos.

Informações solicitadas

O requerimento pede o envio de uma ampla documentação por parte do Executivo, incluindo:



Extratos bancários completos de todas as contas do município (correntes e aplicações), mês a mês, referentes a 2024 e 2025, além de extratos específicos das datas de encerramento de cada exercício;

Demonstrativos de conciliação bancária, acompanhados de justificativas formais para eventuais diferenças entre os registros contábeis e os saldos bancários;

Arquivos e relatórios enviados ao TCE-MG, bem como comprovantes de envio;

Identificação dos responsáveis técnicos, incluindo contador, tesoureiro e manifestação do controle interno sobre a consistência dos dados;

Documentação completa sobre a operação de crédito solicitada pelo município, incluindo memória de cálculo e demonstrativo da capacidade de endividamento.

Necessidade de apuração

O documento destaca que, caso as divergências sejam confirmadas, elas podem indicar problemas relevantes, como inconsistências contábeis, envio de informações incorretas aos órgãos de controle e até riscos na contratação de crédito com base em dados imprecisos.

Transparência e controle

Na justificativa, o vereador ressalta que a iniciativa tem como finalidade garantir a transparência na gestão fiscal, assegurar a veracidade das informações prestadas aos órgãos de fiscalização e proteger os recursos públicos.

A apuração também busca confirmar a compatibilidade entre os saldos reais das contas bancárias da Prefeitura e os valores oficialmente declarados, elemento considerado fundamental para a boa gestão das finanças municipais.

O requerimento segue agora para análise do Poder Executivo.

Vereador solicita melhorias no PPSF do Congonhal

A necessidade de intervenções estruturais no prédio do PPSF do bairro Congonhal foi tema de indicação apresentada na Câmara Municipal de Cambuquira. Por meio da Indicação nº 087/2026, o vereador José Henrique da Cunha solicitou à prefeitura municipal que sejam adotadas, com urgência, providências para a substituição do piso e dos vidros da unidade de saúde.

De acordo com o parlamentar, a solicitação foi motivada pelas condições precárias constatadas no local. O piso da unidade apresenta danos visíveis, com peças quebradas, soltas e desniveis, o que aumenta o risco de acidentes tanto para os usuários quanto para os profissionais que atuam no espaço. Além disso, o estado de conservação compromete a higienização adequada do ambiente



biente — fator essencial em estabelecimentos de saúde.

A indicação também destaca a situação dos vidros do prédio, que estarão comprometidos, exigindo substituição para garantir mais segurança, conforto e melhores condições de funcionamento da unidade.

Na justificativa, o vereador reforça que a qualidade da infraestrutura está diretamente ligada à eficiência no atendimento prestado à população. “Em unidades de saúde, é

fundamental que os materiais utilizados sejam resistentes, contínuos e de fácil limpeza, evitando o acúmulo de sujeira e assegurando condições sanitárias adequadas”, aponta.

A proposta foi apresentada no Plenário Dr. João Silva Filho, no dia 10 de abril de 2026, e agora aguarda análise do Executivo Municipal. A expectativa é que as melhorias sejam realizadas o quanto antes, garantindo mais dignidade, segurança e qualidade no atendimento aos moradores do Congonhal.

Passage livre rural volta à pauta na Câmara e levanta questionamentos sobre promessas recorrentes

A Câmara Municipal de Cambuquira voltou a discutir um tema sensível e antigo para a população da zona rural: o custo e a dificuldade de acesso ao transporte coletivo. Por meio da Indicação nº 16/2026, o presidente da Casa, vereador Celso Alves da Silva, solicitou à Prefeitura que estude a viabilidade técnica, financeira e jurídica para a implantação do passe livre ou de algum tipo de subsídio tarifário para moradores de comunidades mais afastadas, como o Congonhal.

A proposta tem como base a necessidade de garantir o direito de ir e vir da população rural, que depende diretamente do transporte coletivo para acessar serviços essenciais, como atendimento de saúde, instituições de ensino, oportunidades de trabalho e o comércio local. Segundo o vereador, o peso das passagens no orçamento familiar, somado às longas distâncias, contribui para acentuar desigualdades sociais no município.

Apesar da relevância



social do tema, a indicação também reacende um debate já conhecido pelos eleitores: o passe livre no transporte coletivo figura entre as promessas mais frequentes em campanhas eleitorais, mas raramente se concretiza na prática. Ao longo dos anos, diferentes candidatos já defenderam propostas semelhantes, sem que elas avançassem de forma efetiva após o período eleitoral.

Nos bastidores políticos e entre moradores, há uma percepção crescente de que o assunto, embora legítimo, acaba sendo utilizado de forma recorrente como pauta de apelo popular, especialmente em momentos estratégicos. Aprin-

cipal dificuldade apontada para a execução da medida está no impacto financeiro para os cofres públicos, além da necessidade de estruturação legal e operacional do sistema.

É notório que iniciativas como o passe livre ou subsídios ao transporte exigem planejamento rigoroso, com definição clara de fontes de custeio e mecanismos de controle, para que não se tornem apenas propostas pontuais ou insustentáveis em longo prazo.

Ainda assim, a apresentação da indicação recoloca em evidência uma demanda real da população rural de Cambuquira, que segue aguardando soluções concretas. Mais do que o debate, moradores esperam que, desta vez, o tema avance além das promessas e se traduza em políticas públicas efetivas.

A matéria agora depende da análise do Poder Executivo, que deverá definir os próximos passos. Enquanto isso, o tema segue dividindo opiniões entre expectativa e ceticismo.

Aprovada criação de CPI que vai investigar possíveis pagamentos indevidos na gestão passada em Cambuquira

A Câmara Municipal de Cambuquira aprovou o Requerimento nº 86/2026, que determina a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis irregularidades em pagamentos e contratações realizados pela administração municipal nos últimos meses da gestão anterior. A iniciativa é de autoria dos vereadores Antônio Marcos Pierroti, Hélber Augusto Reis Borges e Maicon Ribeiro Eduardo.

A comissão terá como foco investigar indícios de pagamentos por serviços que não teriam sido prestados, contratações realizadas sem o devido processo licitatório e a realização de eventos custeados com recursos públicos sem o cumprimento das exigências legais. Os fatos sob análise concentram-se no período entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, fase final da administração anterior.

A criação da CPI reforça o papel fiscalizador do Poder Legislativo e busca garantir transparência



Foto ilustrativa

na rência no uso do dinheiro público, além de identificar eventuais responsabilidades. Caso sejam confirmadas irregularidades, os envolvidos poderão ser responsabilizados conforme a lei.

Para o vereador Hélber Borges, a iniciativa é fundamental para assegurar uma gestão pública séria e comprometida com a população. “A fiscalização da Câmara é essencial para a boa gestão dos recursos públicos. Quando existem indícios, é nosso dever investigar com responsabilidade e transparência, garantindo que cada centavo do cidadão seja respeitado”, afirmou.

A importância de uma

CPI ganha ainda mais relevância ao se lembrar que investigações parlamentares já foram decisivas no município. Foi a partir de apurações conduzidas por uma comissão que surgiram indícios graves que contribuíram para a operação da Polícia Federal no caso conhecido como Águas Virtuosas, evidenciando o papel estratégico do Legislativo no combate a possíveis irregularidades.

Com prazo inicial de 90 dias, a comissão poderá convocar testemunhas, requisitar documentos e aprofundar as investigações. A expectativa é que os trabalhos tragam esclarecimentos à população e fortaleçam a confiança nas instituições públicas.

A aprovação da CPI sinaliza a importância de um Legislativo forte, atuante e independente, capaz de exercer seu papel de fiscalização com firmeza e responsabilidade, contribuindo para uma gestão mais transparente e alinhada aos interesses da sociedade.

Aprovado! Programa que gera renda para famílias e deixa Cambuquira mais limpa é aprovado na Câmara

A Câmara Municipal de Cambuquira aprovou o Projeto de Lei nº 21/2026, de autoria do vereador Hélber Augusto Reis Borges, que cria o programa “Cidade Limpa, Povo Feliz”, uma iniciativa que promete impactar diretamente a vida da população ao unir geração de renda com o cuidado dos espaços públicos.

As famílias em situação de vulnerabilidade social poderão receber um auxílio mensal enquanto participam de ações simples, como capina e limpeza de ruas e áreas públicas. Na prática, o programa cria uma oportunidade imediata para quem precisa de renda, ao mesmo tempo em que contribui para deixar a cidade mais organizada, limpa e agradável para todos.

A proposta também fortalece o senso de comunidade, já que os próprios moradores passam a cuidar dos espaços onde vivem, criando um ambiente

Foto: Luciano Silva



mais seguro, valorizado e com maior qualidade de vida. A Prefeitura ficará responsável por organizar as atividades, fornecer os equipamentos necessários e acompanhar os resultados.

“O que estamos propondo é algo simples, mas muito poderoso: dar oportunidade para quem precisa e, ao mesmo tempo, cuidar da nossa cidade. É dignidade para as famílias e mais qualidade de vida para toda a população”, destacou o vereador Hélber Borges.

O projeto deixa claro

que a iniciativa tem caráter social, sem gerar vínculo empregatício, funcionando como uma porta de apoio e incentivo para quem busca melhores condições de vida. Agora, o texto segue para sanção da prefeitura e, após regulamentação, poderá começar a beneficiar diretamente dezenas de famílias do município.

Com a aprovação, Cambuquira dá um passo importante rumo a uma cidade mais limpa, mais humana e com mais oportunidades para quem mais precisa.

Vereadora cobra continuidade de obras no bairro Congonhal e reforça urgência na melhoria da estrada

A vereadora Lucicreide Felisberto voltou a chamar a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos moradores do bairro Congonhal em razão das condições precárias da estrada que liga a comunidade à área urbana do município. Ao longo da última semana, segundo a parlamentar, a situação se agravou, evidenciando ainda mais os transtornos vivenciados diariamente pela população local.

De acordo com a vereadora, a má conservação da via tem gerado impactos diretos na qualidade de vida dos moradores, comprometendo o tráfego de veículos, o transporte escolar, o acesso a serviços de saúde e até mesmo o escoamento da produção local. Em períodos de chuva, os problemas se intensificam, tornando o deslocamento ainda mais difícil e, em alguns casos, arriscado.

Diante desse cenário, Lucicreide Felisberto reafirmou seu compromisso com a comunidade do Congonhal, destacando que tem atuado de forma constante junto ao Poder Executivo Municipal para cobrar a de-



vida continuidade das obras de calçamento da estrada. "Trata-se de uma demanda urgente e legítima da população, que precisa de uma solução definitiva para garantir dignidade e segurança no deslocamento", pontuou.

A parlamentar também ressaltou que já foi assegurado um importante recurso para a execução da obra, no valor aproximado de R\$ 1 milhão, viabilizado por meio do apoio do deputado federal Luiz Fernando e do senador Rodrigo Pacheco. Para a vereadora, a existência do recurso reforça a necessidade de que o município avance com celeridade na execução do projeto.

"Não se trata apenas de

uma obra de infraestrutura, mas de um investimento essencial para garantir melhores condições de vida à população do Congonhal. Os recursos já estão disponíveis, e a comunidade aguarda por uma resposta concreta", destacou.

Por fim, a vereadora reiterou que seguirá acompanhando de perto o andamento da situação, mantendo o diálogo com o Executivo e com demais autoridades competentes, além de continuar ouvindo as demandas dos moradores. O objetivo, segundo ela, é assegurar que a obra seja efetivamente realizada, atendendo a uma reivindicação antiga e prioritária para o desenvolvimento do bairro.

Projeto de lei propõe fortalecimento e incentivo a Banda de Música Doze de Maio em Cambuquira

Durante a reunião ordinária realizada no dia 6 de abril, na Câmara Municipal de Cambuquira, o vereador Luís Sérgio de Souza Reis apresentou um relevante projeto de lei voltado à valorização da cultura local e ao incentivo à formação musical no município. A proposta autoriza a criação de programas permanentes de apoio à Banda de Música Doze de Maio, uma das mais tradicionais e representativas instituições culturais da cidade.

O projeto reconhece o papel histórico e social desempenhado pela banda ao longo dos anos, não apenas na preservação da cultura musical, mas também na formação de jovens músicos e na promoção da cidadania por meio da arte. Nesse sentido, a iniciativa busca estruturar políticas públicas que garantam melhores condições de funcionamento e ampliem o acesso de novos integrantes.

De acordo com o texto apresentado, os programas poderão incluir a concessão de bolsas-auxílio ou ajuda de custo para estudantes e músicos, contribuindo para a permanência dos participantes nas atividades. Também está previsto o fornecimento de



uniformes padronizados, aquisição e disponibilização de partituras, além da manutenção e eventual reposição de instrumentos musicais, itens essenciais para o bom desempenho da banda.

Outro ponto importante da proposta é o apoio logístico oferecido pelo município, incluindo transporte e estrutura para apresentações externas, permitindo que a Banda de Música Doze de Maio possa participar de eventos culturais, festividades e encontros musicais em outras localidades, representando Cambuquira e fortalecendo a identidade cultural do município.

Segundo o vereador, o

projeto tem como objetivo não apenas preservar uma tradição, mas também investir no futuro, criando oportunidades para crianças e jovens desenvolverem habilidades musicais, disciplina e trabalho em equipe. "A banda é um verdadeiro patrimônio da nossa cidade e merece todo o apoio necessário para continuar formando talentos e levando o nome de Cambuquira para além de nossas fronteiras", destacou.

Caso aprovada, a iniciativa poderá representar um avanço significativo na política cultural do município, garantindo maior sustentabilidade e continuidade às atividades da banda.

Moradores cobram melhorias básicas na Praça Rubens Barros Santos

A falta de manutenção e de investimentos em infraestrutura tem gerado insatisfação entre os moradores do Bairro Carioca que utilizam a Praça Rubens Barros Santos. Diante das constantes reclamações da população, o vereador Antônio Marcos Pierroti apresentou o Requerimento nº 91/2026 na Câmara Municipal, solicitando esclarecimentos ao Poder Executivo sobre intervenções consideradas essenciais no local.

Entre os principais pontos levantados está a execução da obra de extensão de rede, oriunda de uma emenda impositiva de autoria do parlamentar. Segundo ele, a medida é aguardada pela comunidade e representa um passo importante para a melhoria da estrutura da praça.

Outro questionamento diz respeito à limpeza do espaço. Moradores relatam acúmulo de sujeira e falta de manutenção regular, o que compromete o uso do local para lazer e convivência. O vereador solicitou informações sobre a possibi-



lidade de designar um servidor, ao menos uma ou duas vezes por semana, para realizar a limpeza da praça — proposta já indicada anteriormente ao Executivo.

Além disso, a situação das árvores também preocupa. A ausência de poda adequada tem gerado riscos e contribuído para a sensação de abandono do espaço público. Apesar de recentemente ter sido realizada uma poda geral das árvores da praça, no requerimento, o parlamentar cobra um cronograma para a rea-

lização do serviço.

A iniciativa reforça a pressão da comunidade por melhorias básicas e por mais atenção do poder público aos espaços de uso coletivo. Para os moradores, a revitalização e manutenção da praça são fundamentais para garantir segurança, bem-estar e qualidade de vida no bairro.

O requerimento foi apresentado no Plenário Dr. João Silva Filho, no dia 27 de março de 2026, e agora aguarda resposta oficial do Executivo Municipal.

Vereador viabiliza R\$ 200 mil para o projeto Morar com Dignidade

Foto Ilustrativa

A população de Cambuquira passa a contar com um importante reforço na área habitacional. Por meio da articulação do vereador Cleiton de Sousa, foi garantida a destinação de uma emenda parlamentar "carimbada" no valor de R\$ 200 mil, que será aplicada no Projeto Morar com Dignidade — iniciativa voltada à melhoria das condições de moradia de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Achamada emenda "carimbada" é um recurso com destinação específica previamente definida, o que garante que o valor seja obrigatoriamente utilizado na finalidade indicada. Neste caso, os recursos deverão ser aplicados exclusivamente em ações ligadas à habitação de interesse social, impedindo seu redirecionamento para outras áreas da administração pública.

De acordo com o vereador, o investimento representa um avanço significativo para atender demandas históricas de famílias que enfrentam dificuldades estruturais em suas residências. "Estamos falando de dignidade, de oferecer condições



mínimas para que as pessoas vivam com mais segurança e conforto em suas próprias casas. Esse recurso vem justamente para isso: transformar realidades" destacou.

O Projeto Morar com Dignidade permitirá a utilização dos recursos na aquisição de materiais de construção, como cimento, areia, tijolos, telhas e itens básicos para reforma, além de possibilitar melhorias habitacionais diversas. Entre as intervenções previstas estão reparos estruturais, adequação de instalações elétricas e hidráulicas, recuperação de telhados, construção de cômodos e outras ações essenciais para garantir salubridade e segurança às residências.

A expectativa é de que o programa beneficie diretamente diversas famílias do município, priorizando aquelas em situação de maior vulnera-

bilidade, conforme critérios a serem definidos pela administração municipal. A iniciativa também contribui para a promoção da saúde pública, já que moradias em condições inadequadas estão frequentemente associadas a problemas sanitários e riscos à integridade física dos moradores.

Além do impacto social imediato, o investimento também movimentará a economia local, com a compra de materiais de construção e possível geração de serviços relacionados às obras de melhoria.

A conquista do recurso reforça o papel do Legislativo municipal na busca por investimentos e parcerias que tragam benefícios concretos à população. Para o vereador Cleiton de Sousa, o trabalho continua: "Seguiremos empenhados em buscar novos recursos e projetos que melhorem a qualidade de vida da nossa gente".

A aplicação do recurso dependerá agora dos trâmites administrativos e da execução por parte do Poder Executivo, que ficará responsável pela implementação do programa e seleção dos beneficiários.

Vereadora cobra esclarecimentos sobre atendimentos e demanda por especialista é atendida em Cambuquira

A atuação fiscalizadora do Legislativo municipal voltou a se destacar em Cambuquira com o desdobramento do Requerimento nº 202/2025, de autoria da vereadora Lucireide Felisberto. A parlamentar solicitou informações à Prefeitura sobre a continuidade dos atendimentos de dois importantes especialistas na Clínica da Mulher: o reumatologista Dr. Tiago Bacha e o psiquiatra Dr. Daniel.

No documento, apresentado em plenário no dia 22 de agosto de 2025, a vereadora questionou se os profissionais ainda integravam o quadro de atendimento da unidade, quais eram os dias e horários disponíveis e, em caso de desligamento, os motivos e as providências adotadas para suprir a demanda da população. A iniciativa foi motivada por relatos de moradores que estavam com tratamentos interrompidos, especialmente em áreas sensíveis como saúde mental e doenças reumatológicas.

Em resposta oficial, por meio do Ofício nº 134/2025, a Secretaria Mu-

nicipal de Saúde informou que ambos os profissionais não estavam mais realizando atendimentos na Clínica da Mulher. No entanto, esclareceu que a área de psiquiatria já havia sido reorganizada com a atuação de outra profissional qualificada que passou a atender os pacientes na unidade. Já no caso da reumatologia, a Secretaria destacou que os atendimentos vinham sendo realizados por meio de encaminhamentos via consórcio intermunicipal de saúde.

A resposta, embora tenha apresentado alternativas, manteve a preocupação da população quanto à oferta direta e contínua de especialistas no município. Diante disso, a cobrança por soluções efetivas permaneceu.

Como resultado desse acompanhamento e da atuação junto ao Executivo, no início do mês de março de 2026, a Prefeitura de Cambuquira realizou a contratação do médico reumatologista Dr. Tiago Bacha, atendendo a uma demanda importante da comunidade. A medida representa



um avanço significativo no acesso à saúde especializada e demonstra a importância do diálogo entre o Legislativo e o Executivo.

A atuação da vereadora Lucireide Felisberto reforça o papel essencial dos parlamentares na fiscalização dos serviços públicos e na defesa dos interesses da população, especialmente em áreas prioritárias como a saúde. O caso evidencia ainda como a escuta ativa da comunidade pode resultar em melhorias concretas no atendimento e na qualidade de vida dos cidadãos.

Moradores do Marimbeiro cobram melhorias básicas e vereador solicita calçamento em frente ao campo de futebol

A falta de infraestrutura urbana segue sendo alvo de reclamações por parte da população, especialmente em bairros mais afastados da região central. No bairro Marimbeiro, moradores têm manifestado insatisfação com as condições de acesso ao campo de futebol, importante espaço de convivência e prática esportiva da comunidade.

Atendendo a essas reivindicações, o vereador Antônio Marcos Pierroti apresentou a Indicação nº 78/2026, solicitando ao Poder Executivo que estude a possibilidade de realizar o calçamento em frente ao campo de futebol do Marimbeiro, localizado na Rua Alice Braga Coelho. A proposta foi protocolada no plenário no dia 27 de março.

De acordo com relatos de moradores, a ausência de pavimentação tem causado diversos transtornos. Em períodos chuvosos, o trecho fica tomado por lama, dificultando o acesso de atletas e famílias que frequentam o



local. Já em dias secos, a poeira excessiva prejudica tanto os usuários quanto os moradores do entorno.

O campo de futebol é considerado um dos principais pontos de lazer do bairro, sendo utilizado por crianças, jovens e adultos em atividades esportivas e eventos comunitários. No entanto, a precariedade da via tem limitado o uso adequado do espaço e gerado preocupação com a segurança dos frequentadores.

Na justificativa da indicação, o vereador destacou que o calçamento proporcionará melhores con-

dições de tráfego, mais segurança e qualidade de vida à população, além de contribuir para a valorização de um espaço tão importante para o convívio social.

A demanda reforça um apelo recorrente da população por investimentos em serviços básicos de infraestrutura, considerados essenciais para garantir dignidade e bem-estar aos moradores. Agora, a expectativa é que o Executivo Municipal avalie a proposta e adote as medidas necessárias para atender à comunidade do Marimbeiro.

Proposta busca melhorar estrutura do Pronto-Socorro e garantir mais dignidade aos usuários

A ampliação da estrutura do Pronto-Socorro Municipal de Cambuquira voltou ao centro do debate legislativo com a indicação apresentada pelo vereador Domingos Alves Ferreira Ribeiro. O parlamentar solicitou ao Executivo que seja estudada a possibilidade de construção de um novo banheiro na unidade, medida que visa atender melhor à população e adequar o espaço às normas sanitárias vigentes.

Atualmente, o Pronto-Socorro conta com apenas um banheiro de uso comum para homens e mulheres. A situação, segundo o vereador, se torna ainda mais crítica diante do grande fluxo diário de pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde que utilizam o local. Em ambientes de atendimento emergencial, onde muitas vezes há espera e permanência prolongada, a estrutura disponível precisa oferecer condições mínimas de conforto, higiene e organização.

Na justificativa apresentada, Domingos Alves Ferreira Ribeiro destaca que a adequação é necessária não apenas por uma questão de comodidade, mas também de saúde pública. A separação de sanitários por gênero e o aumento da capacidade de atendimento são práticas recomendadas em unidades de saúde, contribuindo para reduzir riscos sanitários e melhorar a experiência dos usuários.

A proposta reforça um tema sensível para a população cambuquirense: a quali-



Foto ilustrativa

dade dos serviços de saúde. Pequenas intervenções estruturais, como a ampliação de banheiros, podem gerar impactos significativos no dia a dia da população, especialmente em momentos de maior vulnerabilidade, quando o cidadão busca atendimento médico.

Além disso, a iniciativa chama a atenção para a importância de investimentos contínuos na infraestrutura das unidades de saúde do município, acompanhando o crescimento da demanda e garantindo que os serviços prestados estejam alinhados com padrões adequados de atendimento.

A indicação foi apresentada em plenário no dia 24 de fevereiro de 2026 e segue agora para análise do Executivo Municipal, que poderá avaliar a viabilidade da medida. Enquanto isso, a proposta segue como um importante passo na busca por melhorias concretas na rede pública de saúde de Cambuquira, refletindo uma demanda direta da população e reforçando o compromisso com o bem-estar coletivo.

Melhorias na Rodoviária entram na pauta: vereador sobra ações urgentes do Executivo

A Câmara Municipal de Cambuquira recebeu a Indicação nº 74/2026, apresentada pelo vereador José Henrique da Cunha, solicitando à Prefeitura a adoção de medidas imediatas para melhorar as condições das vias de acesso à rodoviária e organizar os pontos de parada de ônibus no município.

De acordo com o documento, o parlamentar destaca a necessidade de uma série de intervenções estruturais, incluindo a realização de operação tapa-buracos, nivelamento e, se necessário, capeamento das vias. A proposta também contempla melhorias na sinalização horizontal e vertical, além da limpeza e conservação das margens das estradas que dão acesso ao terminal rodoviário.

Outro ponto importante da indicação é a reorganização dos locais de parada dos ônibus. O vereador sugere a definição de pontos adequados e devidamente



sinalizados, bem como um melhor ordenamento do trânsito no entorno da rodoviária. O objetivo é garantir mais segurança tanto para pedestres quanto para motoristas que circulam pela região.

Na justificativa, José Henrique da Cunha ressaltou que as atuais condições das vias são precárias, dificultando o tráfego de veículos e aumentando os riscos de acidentes. Ele também chama atenção para a desorganização dos pon-

tos de ônibus, que gera transtornos, contribui para o caos no trânsito e compromete a segurança dos usuários do transporte coletivo.

A indicação foi apresentada no Plenário Dr. João Silva Filho, no dia 27 de março de 2026, e agora segue para análise do Poder Executivo, que deverá avaliar a viabilidade das melhorias propostas. A iniciativa reforça a preocupação do Legislativo com a mobilidade urbana e a qualidade dos serviços oferecidos à população.